



Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 27 de setembro de 2024

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Auditório da Biblioteca Almeida Faria, em Montemor-o-Novo, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1º. Ponto – Proposta de 3ª. Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2024-2028 -----
- 2º. Ponto – Proposta de aprovação do Projeto de Regulamento Municipal de Toponímia e de Numeração de Polícia -----
- 3º. Ponto – Proposta de aprovação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal do Desporto -----
- 4º. Ponto – Proposta de aprovação do Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem -----
- 5º. Ponto – Proposta de alteração ao Loteamento Municipal “Ferragial da Cadeia/Pedreira” – artigos 163 e 164 – Secção T da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras -----
- 6º. Ponto – Proposta de Projeto de Loteamento Municipal Quinta D. Afonso – Artigo 16 e Artigo 134 – Secção T da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras -----
- 7º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para aquisição de equipamento de ar condicionado para o refeitório da EB1, Nº2 de Montemor-o-Novo – Escola Conde Ferreira -----
- 8º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela para aquisição de equipamento de ar condicionado para a Extensão de Saúde de Cabrela -----
- 9º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para desmontagem e instalação de equipamentos de ar condicionado na Escola Básica nº3 de Montemor-o-Novo -----
- 10º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para aquisição de equipamentos de ar condicionado para a Extensão de Saúde de Silveiras -----
- 11º. Ponto – Proposta de pagamento de refeições escolares – Ano Letivo 2023/24 (3º Período) – Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira -----

- 12º. Ponto – Proposta de Protocolo para refeições escolares – Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão – AL 2024-2025 -----
- 13º. Ponto – Proposta de Protocolo com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira para Refeições Escolares – Alunos de Cortiçadas de Lavre – AL 2024-2025 -----
- 14º. Ponto - Proposta de Protocolo com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira para Refeições Escolares – Alunos de Lavre – AL 2024-2025 -----
- 15º. Ponto – Proposta de reforço de verba – Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para refeições escolares – Lanches Escolares -----
- 16º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para “Aluguer de carrinha para transporte escolar” -----
- 17º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela para “Aluguer de carrinha para transporte escolar” -----
- 18º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural para “Aluguer de carrinha para transporte escolar” -----
- 19º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----
- Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----
- Ana Cristina dos Santos Silva, António Joaquim da Silva Danado, António José Marques Monteiro, Carla Sofia Godinho Pereira, Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira, Elisabete Cristina Cebola Martins, Hélder Manuel Caetano Linguica, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Jacinto Carlos Alves Delca, Jaime Manuel Pinto de Oliveira, João António Duarte Caetano da Veiga, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joel José Pequito Pedreirinho, José Manuel Salsinha Geraldo, José Maria Barroso Fernandes, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Maria de Fátima Nogueira Breia, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Nuno Alexandre Cardoso Rato, Paula Cristina Martins Pinto, Paula Cristina Pinto Martins, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sara Isabela Rebocho Bravo, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço e Vasco Picaró, registando-se vinte e sete presenças. Não compareceu nesta sessão o eleito Guilherme Tomás de Almeida Franco. -----
- Estiveram ainda presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, a Senhora Vereadora Sílvia Santos, a Senhora Vereadora Paula Bilro e os Senhores Vereadores António Xavier, Henrique Lopes e Gil Porto. Não participou nesta sessão o Senhor Vereador António Pinetra. -----
- Tomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia informando que ia dar início ao período antes da ordem dia. -----
- Pediu para intervir a eleita Susana Picanço referindo que, mais uma vez, a agenda cultural chegou com atraso a casa dos montemorenses e questionando sobre o ponto de situação da obra de requalificação do Cineteatro Curvo Semedo. -----
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio destacando o enorme volume de atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Informação, Comunicação e Imagem, nos últimos três meses, nomeadamente 98 reportagens fotográficas, registos, serviço de

design gráfico, comunicações várias, criação gráfica de atividades municipais em diversos formatos, cartazes, banners, posts, stories, convites, difusão de atividades nos meios de comunicação social, produção gráfica de materiais, comunicação a nível interno ou externo, apoio técnico, mediação com agentes externos ao Município. Para além disso, o Gabinete assegurou ainda o apoio de atividades protocolares municipais, criou conteúdos radiofónicos e aplicações gráficas de estacionamento ou comunicação institucional. Assim, e tendo em conta estas centenas de atividades, é aceitável que tenha ocorrido este atraso na agenda cultural. Reforçou que está muito bonita, mostrando bem a enorme atividade cultural do Município de Montemor-o-Novo. Disse ainda que foram recebidos também contributos das associações, entidades culturais e freguesias. Relativamente à intervenção no Cineteatro Curvo Semedo frisou que o projeto existente era bastante antigo, tendo algumas das peças ultrapassado a sua validade em dois mil e dezanove, pelo que teve de ser revisto. Teve ainda de ser efetuado um estudo de vulnerabilidade sísmica, no sentido de avaliar a necessidade de mais algum reforço em termos de intervenção. Está previsto para esta obra um apoio, no âmbito do PT2030, de cerca de 1.800.000 euros. -----

Sobre a mesma temática, interveio o eleito Luis Machado dizendo que não é justificável que a agenda trimestral chegue sempre atrasada, fazendo com que os munícipes percam os eventos iniciais. Por outro lado, considera que não é uma justificação sensata que o referido atraso, seja sistematicamente a intensa atividade do Gabinete de Comunicação, porque sendo assim, a solução poderá passar por reduzir a atividade ou o plano da agenda. Voltou a questionar se o Gabinete tem atividade a mais ou se a carga laboral está ajustada ao número de funcionários afetos ao mesmo. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que todas as atividades são atempadamente divulgadas e que não é pela falta da agenda cultural uns dias antes que as pessoas deixam de ir às atividades, porque estas têm tido bastante público. Disse ainda que o Gabinete de Comunicação deveria até ser elogiado pelo trabalho desenvolvido, comparativamente a outros Municípios do distrito. -----

Voltou a intervir a eleita Susana Picanço questionando se o projeto do Cineteatro não terá sido aprovado em reunião de Câmara Municipal realizada em fevereiro de 2022. -- Em resposta à questão, o Senhor Presidente da Câmara explicou que o projeto foi aprovado em reunião de Câmara Municipal e que posteriormente foi sujeito a uma revisão obrigatória e prevista do Tribunal de Contas, tendo sido reprovado. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes tomou a palavra seguidamente para agradecer ao executivo a cedência de autocarros para a realização de um passeio convívio, organizado pela União de Freguesias, acrescentando que também se deve elogiar o que é feito de positivo, em prol das populações. Continuando a sua intervenção lembrou, preocupado, porque volvidos três anos desde a tomada de posse os fregueses confrontam o executivo com facto de não haver obras realizadas, sobretudo em Cortiçadas de Lavre. Lembrou a visita realizada, em novembro de 2023, onde foram analisados os vários pontos críticos que deviam ser intervencionados, concretamente: a Etar de Cortiçadas de Lavre, a elevação das lombas na Rua das Cortiçadas e na Rua Feliciano Lopes Galvão, em Cortiçadas de Lavre (mostrou preocupação pela forma irresponsável com que os condutores transitam atendendo à

proximidade de uma escola); a intervenção no Centro Cultural (aproximação de mais um Inverno e a intervenção não estará concluída); a intervenção na Escola Básica de Cortiçadas de Lavre e o Loteamento Municipal. Quanto a Lavre, destacou as seguintes intervenções: reparação urgente do pavimento da Rua da Liberdade, que trará bastantes problemas quando começar o período de chuvas intensas. Referiu-se também às questões da Rua do Lavrador, que aguardam uma solução há mais de um ano. Sobre a situação dos caminhos rurais, convidou o Senhor Presidente da Câmara a deslocar-se à estrada que liga Lavre ao Vale das Custas para verificar o estado de degradação em que a mesma se encontra. Continuando a sua intervenção afirmou que o executivo da União de Freguesias investe milhares de euros anualmente em pavimentações, em vias com pisos arenosos consegue ir fazendo alguma manutenção, no entanto, em pisos argilosos, como é o caso da grande parte da área da antiga freguesia de Lavre, não consegue intervir. -----

Perante as afirmações do Senhor Presidente da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, o Senhor Presidente da Câmara informou que tinha boas notícias relativamente ao Centro Cultural de Cortiçadas de Lavre, que desde 2005 tem infiltrações, e que à presente data já se encontra adjudicada a empreitada para requalificação do espaço. Sobre a intervenção na Escola Básica, informou que decorre a fase de análise de propostas. Informou ainda que teve início recentemente uma empreitada para arranjo de caminhos rurais, no valor total de 215 mil euros, para arranjo de 500 km de estrada, pelo período de 365 dias e que a referida estrada está identificada para ser intervencionada. Disse ainda aceitar a preocupação quanto às lombas na Rua das Cortiçadas, no entanto tem conhecimento que outras Juntas de Freguesias já realizaram trabalhos semelhantes, sem qualquer apoio da Câmara Municipal. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes, afirmando que a União de Freguesias não pode estar sempre a substituir a Câmara Municipal, referindo-se aos investimentos avultados no arranjo de caminhos rurais, competência da Câmara Municipal. Ao fazer este tipo de investimento depois falta para outras intervenções. Acrescentou que a União de Freguesias está disponível para assumir essa obra, se esse for o entendimento do Município. -----

Tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para destacar a intervenção realizada no Posto Médico de Cortiçadas de Lavre, que agora tem melhores condições para funcionar. Não concorda com a afirmação de que nada foi feito em Cortiçadas de Lavre. Prosseguindo a sua intervenção lembrou as duas obras importantes a iniciar e reivindicadas há muitos anos; o Centro Cultural, a Escola Básica e o Jardim de Infância. Relativamente a outras obras, de menor dimensão, disse que o Município estará sempre disponível para colaborar com as Juntas de Freguesia, porque estas têm maior facilidade de contratação. Deu a palavra seguidamente à Senhora Vereadora Silvia Santos, a qual frisou que ainda não houve nenhum Protocolo solicitado por uma das Juntas de Freguesias que tenha sido recusado pela Câmara Municipal. -----

De seguida interveio a eleita Hortênsia Menino solicitando esclarecimentos à Senhora Presidente da Assembleia Municipal para quando será agendada a primeira reunião do de Grupo de Trabalho, aprovado pela Assembleia Municipal, para apreciação do

processo de transferência de competências, de modo a perceber-se efetivamente o impacto que ele teve na vida de Montemor e dos montemorenses. Ainda no uso da palavra, questionou o Senhor Presidente da Câmara para quando está prevista a conclusão das instalações provisórias do Posto Médico de Silveiras. Relativamente à existência de um olival intensivo junto à Courela da Caneira, questionou o facto de existirem irregularidades na sua instalação e qual a posição assumida pela Câmara. ----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclarecendo que já se concluiu, através de medições da área de implantação do olival, que esse olival é superintensivo e não apenas intensivo. Consequentemente, o proprietário foi notificado para repor a legalidade, num determinado prazo, senão a Câmara Municipal irá repor por via própria. Informou ainda que o PDM protege o nosso território de olivais superintensivos e quem pretender instalar futuros olivais deverá consultar devidamente as normas, que já foram debatidas, quer em reunião de Câmara Municipal, quer em Assembleia Municipal, não havendo, neste momento, dúvidas sobre as diferenças entre um olival intensivo e superintensivo e a respetiva área de implantação. -----

Relativamente ao ponto de situação das instalações provisórias do posto médico de Silveiras, deu a palavra à Sra. Vereadora Sílvia, a qual explicou que quando foram colocados os módulos verificou-se a falta de dois pontos de água, no Gabinete Médico e no Gabinete de Enfermagem, tendo sido recentemente concluídas as ligações. No que respeita ao saneamento, informou que os acabamentos das caixas vão ser terminados na próxima semana, assim como a eletricidade e a colocação do pavimento no exterior. Posteriormente serão realizadas as ligações, em termos de telecomunicações, por parte da Unidade Local de Saúde ou do Centro de Saúde e em caso de necessidade a Câmara poderá prestar algum apoio. -----

A eleita Paula Pinto, interveio para apresentar um Voto de Louvor e Solidariedade, o qual se apresenta transcrito seguida: -----

"Mensagem de Gratidão e Esperança -----

Nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2024, Portugal atravessou momentos de grande sofrimento e angústia. Os incêndios florestais que assolaram várias regiões do país provocaram uma das maiores catástrofes da nossa história recente, deixando um impacto devastador e uma tragédia sem precedentes. Nas nossas lembranças, ficará gravada a imagem de um fogo impiedoso, alimentado por ventos intensos, que destruiu tudo no seu caminho, num cenário de completa devastação. -----

As chamas deixaram um rasto de perda e destruição: vidas humanas e animais foram ceifadas, lares reduzidos a cinzas, empresas arrasadas e vastas áreas florestais e agrícolas destruídas. A dor sentida por todos nós é profunda e inesquecível, visível no olhar daqueles que viveram este pesadelo. O desespero vivido nesses dias ficará para sempre na nossa memória. Muitas famílias ficaram desalojadas e separadas, perdendo tudo o que construíram ao longo de uma vida. Tragicamente, algumas também perderam os seus entes queridos, incluindo os seus animais de companhia. -----

Contudo, a coragem e determinação dos nossos bombeiros, que enfrentaram este terrível inimigo com os meios disponíveis, e a união das diferentes comunidades locais que viveram a tragédia e que se ergueu em solidariedade, foram fontes de esperança e resiliência. Queremos prestar um profundo reconhecimento aos bombeiros que arriscaram as suas vidas para proteger os outros, especialmente aos bombeiros

afine

montemorenses destacados em missão, cujo espírito de sacrifício e bravura foi incomparável. -----

Assim, propomos os seguintes votos para aprovação: -----

- Voto de louvor, solidariedade e agradecimento aos Bombeiros Nacionais e Locais e a todas as entidades que participaram no combate aos incêndios de setembro de 2024, pelo seu esforço incansável em condições extremamente difíceis. -----
- Mensagem de solidariedade e esperança aos portugueses que ainda se encontram hospitalizados, desejando uma rápida recuperação. -----
- Mensagem de apoio e encorajamento às famílias que perderam os seus entes queridos, as suas casas, os seus bens e meios de subsistência, incentivando-as a encontrar forças para superar este momento de grande dor. -----

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, ajudaram a minimizar os efeitos desta tragédia, seja pela sua coragem no terreno, seja pelo apoio prestado de várias formas, deixamos o nosso mais sincero agradecimento. -----

Que Portugal continue a ser um país unido, solidário e resiliente, como demonstrou durante estes momentos tão difíceis da nossa história." -----

Relativamente ao documento apresentado, pediu a palavra a eleita Hortênsia Menino referindo que concorda com o teor do mesmo, por ser justo e adequado, esperando que o próximo Orçamento de Estado, contemple medidas efetivas e concretas que traduzam mais do que um reconhecimento e um louvor, mas apoios a quem deve ser apoiado, a quem vive nas áreas mais afetadas, aos bombeiros e agentes de proteção civil que têm que ter de facto uma intervenção no terreno, para que estas situações não voltem a repetir-se. Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a apreciação, sendo aprovado por unanimidade. -----

O eleito Jaime Oliveira pediu a palavra afirmando ter conhecimento de que a população de Silveiras fez um abaixo-assinado para a instalação de fibra ótica, tendo questionando se, por parte da Câmara, tem sido feita alguma pressão, não apenas para as Silveiras, mas para todas as freguesias. -----

Referiu-se ainda ao facto de que os munícipes estão a pagar um preço muito levado pela água, ao que acresce ainda o valor dos resíduos, o que na sua opinião é uma forma injusta de pagamento dos mesmos. Considera que os ecopontos existentes na cidade já são insuficientes, para o volume de resíduos produzidos, porque é frequente o acumular de resíduos junto aos mesmos. Por outro lado, também considera que esse facto leva muitas vezes a população a não fazer qualquer reciclagem. Afirmou ainda que a Praça Cândido dos Reis há muito tempo que necessita de uma intervenção na calçada, bem como a Rua 5 de outubro, desde o Chafariz até ao cruzamento. -----

Em nova intervenção, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que relativamente à fibra ótica, foi enviado um abaixo-assinado a todas as operadoras. Também a ANACOM está a promover um concurso, a nível nacional, no sentido de levar a fibra a 100% das habitações do país, no entanto devido a muitas contestações, encontra-se atrasado, dificultando ainda mais esta situação. Ainda no uso da palavra, referiu que também o sinal de rede em Montemor, de algumas operadoras, é bastante complicado. O Município irá assinar um contrato de instalação de uma antena, junto ao Parque Desportivo Municipal, com o objetivo de melhorar o sinal de rede em Montemor-o-Novo. Relativamente às taxas de água e saneamento esclareceu que o

saneamento, tendo em conta o contrato que existe de parceria, a taxa de saneamento subiu 26% em julho deste ano. E os objetivos a cumprir terão que passar de 90% de resíduos indiferenciados e 10% de resíduos diferenciados para o contrário, nomeadamente, passar para 10% de indiferenciados e 90% de diferenciados, o que será muito difícil de cumprir. Está a ser desenvolvida uma experiência no sistema ORECA, que é a Hotelaria, Restauração e Catering, a qual tem recebido bastantes elogios, porque o Município está a gerir muito bem um fundo ambiental, tendo-se obtido um bom financiamento. Montemor-o-Novo está a ser apresentado como um bom exemplo daquilo que pode ser feito no território. Considera que só com estratégias novas se conseguirá mudar a mentalidade das pessoas, porque nos dias em que não existe recolha, verifica-se que continua a ser depositado muito lixo, indevidamente, junto aos moloks, não apenas na cidade, mas em todo o concelho. O futuro terá de passar por um enorme esforço e investimento, por parte do Município, mas também uma forte sensibilização à população e uma forma de estar diferente. ---- Sobre a reabilitação da Praça Cândido dos Reis, afirmou que está programada a ligação do projeto Pedra a Pedra, que vem desde o Rossio, desde a Praça de Touros até à Rua Teófilo Braga. Dado que nos encontramos a meio de dois quadros comunitários, tendo o PT 2020 terminado a 31 de dezembro, apenas recentemente foram lançados os avisos para o PT 2030. Assim e logo que seja possível serão elaboradas as candidaturas. Irá verificar junto dos serviços as questões colocadas relativamente à Rua 5 de Outubro. De seguida deu a palavra ao Senhor Vereador António Xavier, que relativamente à fibra ótica, reforçou a ideia de que apesar de ser um problema reconhecido há muitos anos, não é da competência das autarquias. O referido concurso internacional tem o seu término agendado para o final de 2026 ou início de 2027 e segundo o próprio Governo, fará uma cobertura de 100% do território continental e cobrirá todas as áreas brancas ou zonas brancas. Considera que esse atraso continuará a comprometer o desenvolvimento do interior. Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara salientou que o Fundo Ambiental, no que diz respeito à recolha e valorização de resíduos orgânicos, pretende a apresentação de um projeto por região, sendo escolhido o projeto de Montemor-o-Novo, por ter sido considerado um projeto estruturado, com planeamento estratégico refletido e cuidado e com uma operacionalização e execução exemplar. Por tudo isso, parabenizou a Divisão de Serviços Urbanos da Câmara Municipal. ----- Após esta intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Joel Pedreirinho, o qual congratulou o montemorense João Batista Malta pela nomeação para o cargo de Seleccionador Nacional de Sub-18, enaltecendo o seu mérito e desejando-lhe as melhores felicidades e sucessos. Continuando a sua intervenção e uma vez decorridas duas semanas, questionou o executivo relativamente ao feedback do projeto Morbike. Referiu que tentou fazer o registo, através da aplicação, mas não conseguiu, questionando se já está ativa. Frisou ainda que no regulamento é referido que todos os utilizadores deverão utilizar capacete e colete, questionando quem está responsável por fazer esse tipo de fiscalização, se é a Câmara Municipal ou outra autoridade. Disse ainda ter tomado conhecimento da realização de uma reunião de apresentação do Projeto Almansor Convida, que é um projeto previsto em orçamento e também nas Grandes Opções do Plano, tendo solicitado esclarecimentos sobre esse projeto e se está programado algum tipo de apresentação. -----

Prosseguindo a sua intervenção o eleito apresentou de seguida um Voto de Saudação, denominado "Pelos 85 anos do Grupo de Forcados Amadores de Montemor-o-Novo, que se apresenta transcrito de seguida: -----

"No passado dia 4 de setembro, o Grupo de Forcados Amadores de Montemor assinalou 85 anos de existência. -----

O Grupo de Forcados Amadores de Montemor-o-Novo foi fundado a 4 de setembro de 1939, tendo sido a sua primeira corrida realizada na Praça de Toiros da sua cidade, pelas festas da Feira da Luz. -----

Surgiu como todos os outros, "um grupo de amigos que se juntou para pegar toiros". Mas, desde logo capitaneados pelo seu cabo fundador Simão Malta, evidenciou-se na tauromaquia portuguesa. -----

A Amizade, a União e a Valentia aliados a uma técnica, são valores que, passados de geração para geração, permitem que desde sempre o Grupo de Montemor seja considerado um dos de maior prestígio e o segundo no país a ser fundado. -----

A sua escola de forcados é composta por um grupo juvenil, um grupo infantil e um benjamim, que têm como objetivo fomentar a amizade, conquistar aficionados e formar forcados para o grupo sénior, que hoje em dia é composto por 35 elementos. ---

Na sua história conta com atuações em todo o Portugal Continental, Açores, Espanha, França, Macau, México e Estados Unidos da América, tendo os seus elementos também tido a responsabilidades de representar Portugal nos cinco continentes. -----

Representar a cidade, glorificar o nome do Forcado Amador e honrar os mais de 400 elementos que envergaram a jaqueta de Montemor-o-Novo, são as responsabilidades dos elementos atuais, objetivos que são cumpridos em tantas tardes e noites de toiros, com o apoio dos antigos elementos, dos familiares e amigos, mas principalmente do aficionado português, que considera o forcado e a arte da pega como uma das suas grandes bandeiras nacionais. -----

Ao longo de mais de 8 décadas, o Grupo de Forcados Amadores de Montemor foi capitaneado por 11 Cabos: -----

- 1. Simão Malta (1939-1945/1949-1950) -----*
- 2. Manuel de Sousa Nunes (1945-1948) -----*
- 3. Américo Chinita de Mira (1955-1956) -----*
- 4. Joaquim José Capoulas (1956-1971) -----*
- 5. António José Zuzarte (1971-1979) -----*
- 6. João Eduardo Cortes (1979-1984) -----*
- 7. Paulo Vacas de Carvalho (1984-1997) -----*
- 8. Rodrigo Correa de Sá (1997-2007) -----*
- 9. José Maria Cortes (2007-2013), faleceu no cargo -----*
- 10. António Vacas de Carvalho (2013-2021) -----*

Sendo o atual, António Cortes Pena Monteiro desde 2021 até hoje. -----

O Grupo de Forcados Amadores de Montemor foi condecorado em 6 de setembro de 2015, pelo Presidente da República Aníbal Cavaco Silva com a Ordem do Mérito, representado na ocasião por Luis Valente de Oliveira, em reconhecimento pelo 75º aniversário da fundação. -----

Montemor-o-Novo, 27 de setembro de 2024" -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, relativamente ao

documento, disse que todos os eleitos pela CDU pretendem associar-se ao voto de Louvor apresentado. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que como é do conhecimento de todos é um grande aficionado das corridas de touros e sempre tem demonstrado o seu apreço pelo grupo de Forcados Amadores de Montemor-o-Novo, tendo recebido com muito orgulho, em 2022, o prémio Amizade, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Concorde com o Voto de Saudação pelos seus 85 anos de existência do Grupo, acrescentando que são enormes embaixadores do Montemor-o-Novo no país e no mundo. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção de um eleito do Partido Socialista. -----

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual parabenizou igualmente João Batista Malta, destacando-o como um enorme montemorense, que tem elevado o nível do Rugby em Montemor, a um nível nacional e vendo agora reconhecidas as suas capacidades ao ser escolhido como Seleccionador Nacional de sub-18. -----

Relativamente ao Projeto Morbike esclareceu que o respetivo regulamento foi primeiramente apresentado em reunião de Câmara Municipal, depois decorreu o período de discussão pública, foi novamente discutido em reunião de Câmara e apreciado em sessão da Assembleia Municipal. Destacando o ponto 4 do documento, frisou que o utilizador é responsável pelo cumprimento de obrigações legais que lhe sejam determinadas por qualquer autoridade competente, administrativa ou policial, assim sendo é da responsabilidade do utilizador o uso de capacete de proteção, bem como de colete de refletor. Relembrou ainda que este projeto envolveu um custo de 259 mil euros, financiado em 220 mil euros e custando ao Município cerca de 39 mil euros. Comemorou-se no passado dia 14 de setembro, no Rossio, o Dia Morbike, com a presença de cerca de 120 pessoas que puderam experimentar as bicicletas e o feedback foi bastante positivo. Foram feitas muitas inscrições a partir desse dia, inicialmente através de uma pré-inscrição para posteriormente realizarem a sua inscrição no posto de turismo ou no atendimento da Câmara Municipal. O registo na aplicação é um apenas um pré-registo de adesão. Até à presente data existem 219 inscrições na plataforma, tendo-se verificado que algumas estão em duplicado e algumas têm dados falsos. Assim sendo, foram emitidos 20 cartões de utilizadores frequentes. O cartão é importante na medida em que o munícipe se compromete com a utilização, porque se trata de um equipamento de todos os montemorenses, que tem de ser cuidado e respeitado. À semelhança de outros serviços, como por exemplo a piscina municipal, é necessário procurar os serviços municipais para fazer a inscrição. Por motivos específicos, já foram recusadas algumas inscrições e todos os anos é necessário proceder à renovação de inscrição e, consoante o seu histórico, é autorizado ou não. Em conclusão, não basta só ir à plataforma, é preciso deslocar-se aos serviços de atendimento da Câmara Municipal. Relembrou ainda que o valor da inscrição é de 5€ para o cartão e 20€ para o carregamento, se a utilização for até meia hora por dia não gasta nada. Para além disso, o munícipe pode utilizar as bicicletas durante 365 dias sem gastar mais nada e o valor do carregamento transitará para o ano seguinte. O objetivo primordial deste serviço é retirar carros da rua e é um projeto

Amu

muito interessante para Montemor-o-Novo, em termos de descarbonização e de meios de transporte suaves. -----

Relativamente ao assunto em debate, pediu a palavra o eleito Senhor João Veiga dizendo que esteve no lançamento projeto Morbike, principalmente, pela curiosidade, porque nunca tinha experimentado um veículo daquele género, sendo da opinião que poderá ser algo benéfico do ponto de vista da mobilidade sustentável, da melhoria da qualidade de vida e da redução de tráfego. Posteriormente tentou fazer também inscrição na plataforma do Morbike, enquanto utilizador ocasional e como não conseguiu dirigiu-se ao serviço de atendimento geral na Câmara Municipal. Entretanto foi informado que poderia levantar o cartão e neste momento já realizou quatro viagens que totalizaram 4 Km, a custo zero. Enquanto munícipe, parabenizou o Município pela iniciativa. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Câmara Municipal referindo-se ao encontro agendado com os proprietários das margens do Almansor, que visa essencialmente delinear qual a melhor intervenção por forma a que todos possam retirar o melhor partido do percurso do rio e quais as responsabilidades e obrigações do Município. Por forma a prestar estes esclarecimentos, deu a palavra ao Senhor Vereador Henrique Lopes que explicou que se trata de uma reunião de carácter informativo e também de debate em torno do projeto de criação de um percurso pedestre junto ao Rio Almansor e terá lugar no próximo dia 3 de outubro, no Auditório da Biblioteca Almeida Faria. Afirmou ainda que o objetivo essencial deste projeto é promover a recuperação e a valorização do património natural, cultural e paisagístico do rio, como principal linha de água do concelho. Acrescentou que a reunião se destina a estabelecer um primeiro contacto, entre o Município e os proprietários dos terrenos confinantes com o rio, no troço em análise, para alinhamento dos pressupostos orientadores do projeto em causa. Posteriormente, numa outra fase, será alargado o convite à participação de toda a comunidade. Nesta fase, o Município considerou que a participação dos proprietários seria essencial para o sucesso do projeto. Haverá um conjunto de questões a debater, nomeadamente a política ambiental, o projeto Almansor Convida, o enquadramento legal e as obrigações das partes, quer seja do Município, como dos proprietários. -----

Decorrida uma hora após o início do período antes da ordem do dia, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para solicitar a concordância dos eleitos para a continuação, havendo unanimidade. -----

Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora da Vila e Silveiras, António Danado, para questionar sobre o facto de a Comissão Municipal de Saúde eleita, há cerca de dois anos, pela Assembleia Municipal, até à presente data ainda não ter reunido nenhuma vez. Relativamente ao início do ano letivo, salientou que ao longo de todos estes anos, as Juntas de Freguesia sempre estiveram ao lado da Câmara Municipal na resolução dos problemas que iam surgindo, em conjunto também com o Agrupamento Escolar. Para além disso, sempre foram convidadas, quer no início do ano ativo, na apresentação à comunidade escolar, quer depois nas reuniões que normalmente eram feitas, com os jardins de infância e com as escolas do primeiro ciclo. -----

Continuando a sua intervenção, lamentou que este ano, a União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras não tivesse sido convidada

para estar presente em nenhuma das fases, embora outras freguesias tivessem participado. Teve ainda conhecimento de algumas questões contraditórias relativamente ao pagamento de lanches escolares, as quais poderiam ter sido logo esclarecidas caso a Junta de Freguesia estivesse representada. -----

Continuando a sua intervenção lamentou o facto do executivo da União de Freguesias, nos últimos tempos, não receber qualquer convite, por parte do Município, para as diversas iniciativas que decorrem, inclusivamente as que têm lugar no Auditório da União de Freguesias. -----

Em resposta às questões, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o início do ano letivo foi muito tranquilo e que é de louvar o facto de não faltarem docentes no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo. Disse ainda que a Câmara está disponível para apoiar os projetos de todas as Juntas de Freguesia, independentemente da sua cor. Este executivo já deu provas ainda maiores que executivos anteriores. Discordando das afirmações do Senhor Presidente da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, porque apenas aponta as questões que não estão bem, havendo muitas iniciativas que poderia enaltecer. Sobre os lanches escolares, considera que tudo se pode ajustar da melhor forma durante o ano letivo, tal como acontece com os transportes escolares. -----

Deu a palavra à Senhora Vereadora Silvia Santos para prestar mais alguns esclarecimentos. No uso da palavra a Senhora Vereadora Silvia Santos referiu que o auto foi assinado em novembro de 2022 e o Município recebeu as competências a partir do dia 1 de dezembro de 2022. Informou ainda que durante o ano de 2023 foram realizadas duas reuniões da Comissão de Monitorização, a qual era formada pelo Sr. Presidente da Câmara, que delegou na Senhora Vereadora Silvia Santos, pela representante do Diretor Executivo do ACES, Dra. Helena Gonçalves e pela representante da Administração Regional de Saúde, Professora Filomena Mendes. No entanto, com a extinção, quer da ARS, quer do ACES, em dezembro de 2023, estes dois elementos saíram da Comissão e não voltou a reunir. Entretanto, apenas em junho de 2024, o Município recebeu informação de quem seriam os novos elementos a integrar a Comissão, concretamente o Dr. Nuno Jacinto e a Dra. Maria do Céu Canhão. Referiu ainda que se encontra agendada uma nova reunião da Comissão para o próximo 22 e que seguidamente será marcada a reunião do Conselho Municipal de Saúde, do qual o Senhor Presidente da Câmara faz parte. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu ainda a palavra ao Senhor Vereador António Xavier, tendo este dado conhecimento que decorreu no Auditório da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras uma atividade, no âmbito do culminar da Universidade de Verão que recebemos em Montemor, do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova, em cooperação com o Instituto Politécnico de Torino, a Universidade de Pavia e o Instituto do Chipre. Apresentou um pedido de desculpa, mas, por lapso, o Presidente da União de Freguesias não foi convidado. Relembrando que na passada semana teve lugar uma conferência nas instalações do Arquivo Municipal para a qual recebeu o respetivo convite. Considera que todos os Presidentes de Junta de Freguesia devem ser convidados para estas atividades, quer sejam ou não na sua freguesia, como representantes das autarquias locais. -----

Almeida

Retomando de novo a palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, salientou que tem liberdade, conquistada há 50 anos, para dizer a sua opinião. Considera que o facto de não ter sido convidado o executivo da União de Freguesias para a iniciativa de apresentação do ano letivo, também poderá ter sido um lapso, mas não podia deixar passar sem manifestar a sua decepção, para que no próximo ano não volte a acontecer. Considera que a sua intervenção visa apenas alertar para questões que possam ser corrigidas em conjunto, porque o seu trabalho é sempre em prol da população. -----

Pediu a palavra o eleito Luis Machado afirmando que, por diversas vezes, nesta Assembleia Municipal, já elogiou o Gabinete de Informação, Comunicação e Imagem pela quantidade de trabalho que consegue desenvolver, com os recursos disponíveis. Para além dos constantes atrasos na divulgação da Agenda Cultural, também o site continua com a informação desatualizada, desde o início deste mandato. Questionou de seguida qual a opinião do executivo, relativamente ao pedido de atribuição do direito de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, a decorrer neste momento. Relativamente à Feira da Luz, questionou se já existe algum balanço relativamente aos serviços e qual é a opinião do executivo sobre esta edição da Feira da Luz, comparativamente às últimas três edições. Continuando a sua intervenção referiu-se ao problema do estacionamento de camiões junto ao Parque de Exposições, Mercados e Feiras, tendo verificado no dia de ontem que se encontravam estacionados cerca de dezassete camiões. Apesar do problema não ser da responsabilidade do Município, perguntou se o executivo tem alguma solução pensada. Sobre a Praça Cândido dos Reis, afirmou que o problema já se arrasta desde 2021 e que o Senhor Presidente certamente conhece o estado atual em que se encontra. Prosseguindo no uso da palavra e no que respeita à aplicação Morbike, perguntou de quem é a responsabilidade de gestão e de tratamento de dados e a propriedade da aplicação. Questionou ainda sobre quais os contactos desenvolvidos na ótica de reforçar as linhas de fibra no concelho. Houve alguma comunicação concreta relativamente às mesmas. Ainda sobre o Projeto Morbike, questionou sobre a razão do sistema ter um horário específico de funcionamento e se bloqueia a nível da utilização dos horários. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao eleito Luis Machado, afirmando que apesar do CDS-PP estar no executivo da Câmara Municipal, ele é o eleito que desenvolve a maior oposição. Relativamente à aplicação e ao site do Município, referiu que, logo que seja possível, os dados serão atualizados, acrescentando que existem outras questões mais complexas e prioritárias. Sobre o balanço da Feira da Luz disse não se encontrar ainda concluído. Continuando a sua intervenção, esclareceu que não é responsabilidade do Município resolver a questão do estacionamento de viaturas pesadas junto ao Parque de Exposições, Mercados e Feiras e que o objetivo é que esse tipo de viaturas seja retirado da cidade, essencialmente da Avenida Gago Coutinho. Sobre a intervenção na Praça Cândido dos Reis respondeu que está integrada no processo de candidatura, no âmbito dos Quadros Comunitários, para ligar o Projeto Pedra a Pedra com o Projeto PEDU. O orçamento municipal não tem verbas disponíveis para esta intervenção, pelo que foi necessário fazer esta candidatura. No que respeita às questões colocadas acerca do Projeto Morbike esclareceu que a gestão e o tratamento dos dados são da

responsabilidade do Município e que aplicação é parte integrante do sistema. Por questões de segurança dos equipamentos tem de haver definição de horários. Todas as operadoras foram contactadas, quanto ao fornecimento de fibra ótica às Silveiras, decorrendo neste momento um concurso a nível nacional, aguardando-se a vencedora. Salientou que, por ser um território de baixa densidade, o investimento de qualquer operadora não tem retorno. Quanto ao pedido de prospeção de minerais, trata-se de um pedido muito preocupante para todos, porque acompanhou o que se passou em 2014 e 2019 e agora surge novamente outro pedido. -----

Os serviços já deram os primeiros pareceres inviabilizando a prospeção em determinadas zonas, no entanto, no processo de consulta pública não vêm essas interdições. Entretanto, a Divisão de Planeamento Urbano e Ambiental do Município já questionou qual a razão para não haver referência a essas interdições. Para além disso, estão também em falta os pareceres de outras Câmaras Municipais, como Alcácer do Sal. Teve conhecimento de que a empresa em questão já desistiu da prospeção em Alcácer do Sal, com base nesse parecer. Relembrou que a prospeção realizada entre 2014 e 2019 foi um verdadeiro desastre ambiental, com a existência de lagoas a céu aberto, com lixiviantes e mercúrio, consideradas estanques, apesar de não haver garantias, ficavam para sempre. A vontade deste executivo é de inviabilizar esta prospeção, referindo que todos os que puderem devem participar na consulta pública colocando objeções ao mesmo, porque se trata de um projeto muito preocupante. ----

Deu de imediato a palavra ao Senhor Vereador Henrique Lopes, o qual referiu que há trinta anos já se faziam prospeções, que são preocupantes os impactos ambientais no montado, na biodiversidade, para além das consequências dos solos ao nível da superfície, mas também daquilo que é mais profundo, da contaminação das águas e que, na sua opinião, do ponto de vista económico, não trará grandes mais valias para o nosso território. Acrescentou que este projeto foi submetido, a parceria da Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza para as áreas abrangidas, pela Rede Natura 2000. O nosso concelho interfere com três quartos do território, para além de mais três outros concelhos; Évora, Viana do Alentejo e Alcácer do Sal. Frisou também que na documentação não constam os pareceres dos concelhos mencionados, nem do ICNF. Considera ser importante a realização de sessões de esclarecimento com especialistas na matéria, por forma a se perceber os prós e os contras, avaliando os impactos. -----

Voltou a intervir o eleito Luis Machado dizendo que, relativamente à questão do ambiente, felizmente existe cada vez mais uma visão de que se deve defender a sustentabilidade e o meio ambiente, apelando ao Município que tome uma ação concreta de forma a evitar esta exploração. Retomando o tema do Projeto Morbike questionou qual razão para a aplicação não se encontrar registada no domínio do Município. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que de seguida teria lugar o 1º. Período para intervenções por parte do público. -----

Interveio o Senhor Natalino José, na qualidade de Dirigente Regional da Associação Portuguesa de Deficientes e Pessoas com Incapacidade, de caráter nacional que opera de norte a sul. Informou que pretendia apresentar uma reclamação recebida do associado Vitor Marques, residente no Monte Novo, no concelho de Montemor-o-

Adm

Novo, o qual solicitava o arranjo da estrada de acesso à Cruz da Conceição. Acrescentou que o Senhor Vitor Marques foi recebido pelo Senhor Presidente da Câmara, no mês de maio, tendo recebido informação de que a estrada seria intervencionada. Entretanto a estrada de acesso a Ferro da Agulha foi intervencionada com exceção daquele pequeno troço de seiscentos metros apenas. Questionou o Senhor Presidente sobre essa situação, uma vez que o associado se desloca em cadeira de rodas e tem bastantes limitações. Para além disso, o Senhor Vitor Marques solicitava a possibilidade de colocação de uma passadeira junto das instalações da empresa do Senhor Cornacho e ainda de uma rampa junto ao Restaurante o Bacalhau. Prosseguindo a sua intervenção apresentou ainda outra questão respeitante a um jovem casal, com três filhos, residente em Foros de Vale Figueira. A mãe tem algumas incapacidades e dois dos filhos também. Relatou que no momento estão com uma situação económica mais frágil, doença e outras situações que levaram a atrasar o pagamento da renda da casa. Já foram informados pela proprietária que têm de deixar a casa no final deste mês. Afirmou que a associação está muito preocupada com esta família, questionando até que ponto a Câmara Municipal poderá ajudar no realojamento desta família, ainda que seja temporariamente. Continuando no uso da palavra manifestou a sua preocupação, também em nome da associação, relativamente ao aumento de pessoas sem abrigo, na zona do Alentejo. Relativamente à cidade de Montemor-o-Novo, disse ter conhecimento da existência de seis a oito pessoas a viver a rua, questionando se a Câmara tem algum plano delineado de apoio a estas pessoas. Ainda no uso da palavra, perguntou sobre o ponto de situação do início da circulação do autocarro na cidade e se o Município vai avançar com o orçamento participativo. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclarecendo que as todas as questões com os associados deverão ser colocadas no Serviço de Ação Social, da Câmara Municipal, no sentido de se avaliar o apoio possível. Disse ainda desconhecer a existência desse número de pessoas sem-abrigo, uma vez que têm decorrido reuniões quer da Proteção Civil, quer do Conselho Municipal de Segurança e esse assunto não foi reportado. Para além disso, por certo já haveriam pedidos de ajuda no Serviço de Ação Social. Afirmou que apenas tem conhecimento de um sem-abrigo, que tem uma pulseira eletrónica e não quer partilhar/viver com outras pessoas uma habitação e por essa razão vive na rua. Relativamente ao autocarro, esclareceu que o concurso decorreu até dia 13 de setembro, tendo sido apresentada uma única proposta para um minibus, para um serviço durante dois anos, com vinte e quatro paragens na cidade. A proposta encontra-se em fase de apreciação, pela Autoridade de Transportes (CIMAC), que financiará totalmente este projeto. Terminou a sua intervenção frisando que neste momento, só está previsto o orçamento participativo jovem. -----

Pediu a palavra o Senhor Augusto Pascoal afirmando que, há quatro anos atrás, nesta mesma data e conjuntamente com o Senhor Ulf Ding deu conhecimento aos eleitos da Assembleia Municipal de duas Tomadas de Posição. Esclareceu que ambos foram dirigentes da Associação Ofício das Artes e da Escola Profissional da Ofício das Artes. Acrescentou que lhes foi cedido pela Câmara Municipal, em 2014 /2015, o edifício correspondente ao número 55, da Rua 5 de Outubro, para o funcionamento da Escola Profissional. No entanto, devido ao seu estado de degradação, o edifício teve de ser sujeito a obras de recuperação, em 2015, no valor de 350 mil euros. Entretanto e para

Amu

que fosse possível a expansão da Escola Profissional foi apresentada uma candidatura com a Câmara Municipal ao INALENTEJO, tendo sido aprovado um cofinanciamento no valor de 220 mil euros. Posteriormente a Escola Profissional foi alvo de uma reportagem da TVI, da qual não teve qualquer conhecimento e que foi fatal para aquele projeto fantástico que Montemor precisava, porque beneficiou muito do ponto de vista cultural. Posteriormente a Câmara Municipal teve de dar por terminado o contrato de comodato, uma vez que a Escola Profissional ia deixar de funcionar, assim como a Associação. Continuando a sua intervenção, afirmou que no dia 28 de agosto de 2019, a Câmara Municipal foi informada, da insolvência da associação, deliberada pela Assembleia Geral realizada no dia 27 de agosto. Mais tarde em outubro, desse mesmo ano, foi decidida a insolvência. Continuando a sua intervenção lamentou o facto de ter sido aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal a referida insolvência, porque na sua opinião era necessário indemnizar a Associação relativamente às benfeitorias, o que não aconteceu. Por parte da Câmara Municipal, nada foi feito junto do administrador de insolvência, nem houve reconhecimento desse facto. No âmbito da intervenção foi feito um empréstimo junto da Caixa de Crédito Agrícola, que estava liquidado pela metade quando desapareceu a Associação. Para pagamento do restante valor em falta, cada um teve de fazer um novo empréstimo. Nunca será possível provar, mas na sua opinião, o Senhor Ulf Ding ainda estaria bem se não têm decorrido este conjunto de acontecimentos. Salientou que tentou fazer tudo o que estava ao seu alcance para conseguir uma solução. Referiu também que propôs ao Senhor Presidente que pudesse contactar outros Municípios que tiveram situações semelhantes. Disse ainda que verificou também junto da DGAL e da Direção Geral das Autarquias Locais, no entanto não tinham registo de nenhum pedido de esclarecimentos por parte da Câmara. Explicou que o assunto seguiu para tribunal tendo o Sr. Presidente apresentado como testemunhas a Sra. Presidente da Câmara e os Vereadores nesse mandato e ele apresentou como testemunha o Senhor Vice-Presidente nesse mandato, Senhor João Marques e mais algumas pessoas. Disse ainda ter trocado correspondência com o Senhor Presidente da Câmara, o qual lhe transmitiu que da sua análise entendeu que o empréstimo do crédito agrícola serviu para financiamento de outros fins da associação, inerentes à sua atividade e não para efeitos de recuperação do imóvel. Considera que durante todo o processo enviou toda a informação que dispunha, não havendo razão para estas afirmações. Todos sabiam que sem este pedido de empréstimo não havia possibilidade de pedir o reembolso. Lamentou a posição da Câmara Municipal, que tem serviços a funcionar nas referidas instalações, que beneficiou com aquela requalificação e apenas aguarda pela pronúncia do tribunal administrativo. -----

Retomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara reforçou esta situação está em tribunal, mencionando todos os apoios monetários concedidos pelo Município, entre 2015 e 2028, totalizando 198.447,00€. Referiu ainda que a obra de requalificação do edifício teve o custo de 355.616,32 euros, tendo a Associação Ofício das Artes suportado apenas 15.691,68 euros. -----

Continuando a sua intervenção lamentou toda a situação e afirmando que o Senhor Pascoal ao disponibilizar-se para ser avalista de uma associação, acabou por ser responsabilizado pelas suas dívidas, no entanto, nunca poderá apresentar o argumento de que está a pagar uma obra da Câmara Municipal porque essa

Coluna

intervenção foi paga através de um financiamento do INALENTEJO, pela própria Câmara Municipal e pela Associação Ofício das Artes, que devido ao Contrato de Comodato, apenas suportou 15.691,68 euros. Acresce ainda que a Associação Ofício das Artes ficou devedora da Câmara em cerca de 7.000 euros. Reforçou que a Câmara Municipal não tem qualquer culpa em nenhum momento destes. Desde 2013, o Município de Montemor-o-Novo sempre esteve do lado da OFA e apoiou este investimento. Resumidamente, o que se passou foi que uma associação que não foi bem gerida falhou com o pagamento do empréstimo do qual o Senhor Augusto Pascoal, o Senhor Ulf Ding e o Senhor Daniel Garfo foram avalistas. -----

Pediu de novo a palavra o Senhor Augusto Pascoal referindo que não se podia esperar nem mais, nem melhor da Câmara Municipal, no anterior mandato. No entanto, disse que é necessário explicar ainda que a Associação Ofício das Artes iniciou o ano letivo em setembro de 2015, tendo recebido a primeira verba, no âmbito do POSH, apenas em junho de 2016. Posteriormente receberam, por parte do INALENTEJO o reembolso pedido, amortizando em 100 mil euros o crédito existente na Caixa Agrícola e ficando ainda em dívida cerca de 205 mil euros. Na sua opinião, foi um projeto fantástico que a Câmara abraçou, mas que tinha muitas dívidas, nomeadamente quanto a bolsas de estudo dos alunos, ordenados em atraso aos professores, de grande parte dos instrumentos musicais e até de eletricidade. Continuando a sua intervenção referiu ainda que após amortizar o valor atrás referido, foi decidido pagar as dívidas, senão a escola teria mesmo de encerrar. E com a ajuda da Câmara Municipal foi salva, porque se tratava de um serviço público, dizendo que quem não reconhecer esta situação não tem ideia do que é uma escola profissional. Concluiu afirmando que era impossível receber mais apoios da Câmara Municipal. Considera que, relativamente a esta questão o atual executivo tinha conhecimento de como tudo tinha decorrido, no entanto a sua posição agora é divergente. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, por parte do público, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que iria dar início à ordem de trabalhos.

1º. Ponto – Proposta de 3ª. Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2024-2028 -----

Relativamente a esta primeira proposta, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que se trata de uma revisão apenas com expressão na inserção de rubricas económicas, não havendo qualquer alteração nem da parte da receita, nem da parte da despesa, uma vez que não tem alteração de valores no total do orçamento de 2024. -----

Pediu para intervir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, interrogando o executivo se a situação pendente, respeitante aos reportes, no âmbito da transferência de competências, já se encontra resolvida e se está incluída nesta proposta. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara frisando que a presente proposta visa apenas alterações quanto a rubricas que não estavam previstas, não se verificando qualquer alteração de valores. -----

Também o eleito Luis Machado solicitou esclarecimentos relativamente aos relatórios e quando serão publicados. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que ainda não foram concluídos os reportes. -----

Amue

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS(11); pelo PSD(2) e pelo CDS-PP(3) e onze abstenções dos eleitos da CDU -----

2º. Ponto – Proposta de aprovação do Projeto de Regulamento Municipal de Toponímia e de Numeração de Polícia -----

Sobre esta proposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se apresenta a apreciação o mencionado regulamento. Este processo teve início pela aprovação em reunião de Câmara Municipal de 27 de dezembro de 2023, seguindo-se o período de consulta pública. Terminado esse prazo e não tendo sido rececionados quaisquer contributos ou sugestões, foi apresentado em reunião de Câmara Municipal, de 21 de agosto de 2024, tendo sido aprovado por maioria. -----

Não havendo qualquer pedido de esclarecimentos sobre o documento, a Senhora Presidente da Assembleia informou que ia colocar o mesmo a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS(11); pelo PSD(2) e pelo CDS-PP(3) e onze abstenções dos eleitos da CDU -----

3º. Ponto – Proposta de aprovação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal do Desporto -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal frisou que se apresenta também para apreciação da Assembleia Municipal o Regulamento do Conselho Municipal do Desporto, cujo proposta foi apresentada e aprovada em reunião de Câmara Municipal de 15 de dezembro de 2023. Decorrido o período de consulta pública, não foram recebidos contributos ou sugestões, pelo que foi posteriormente colocado à discussão e votação em reunião de Câmara Municipal, de 21 de agosto de 2024, sendo aprovado por maioria. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS(11); pelo PSD(2) e pelo CDS-PP(3) e onze abstenções dos eleitos da CDU -----

4º. Ponto – Proposta de aprovação do Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem -----

Relativamente a esta proposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que o presente regulamento foi apresentado e aprovado em reunião de câmara de 29 de novembro de 2023, decorrendo de seguida o período de consulta pública, onde não foram rececionados quaisquer contributos ou sugestões. Assim sendo, foi apresentado e aprovado, por maioria, em reunião de Câmara Municipal realizada em 21 de agosto de 2024, cabendo agora ao órgão deliberativo a sua apreciação. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato a proposta a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS(11); pelo PSD(2) e pelo CDS-PP(3) e onze abstenções dos eleitos da CDU -----

5º. Ponto – Proposta de alteração ao Loteamento Municipal “Ferragial da Cadeia/Pedreira” – artigos 163 e 164 – Secção T da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras -----

No que respeita a este ponto, o Senhor Presidente da Câmara explicou que esta proposta de alteração foi aprovada na reunião de Câmara de 3 de abril de 2024 e na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de abril de 2024 e tem por objetivo a concretização do processo de inscrição e registo predial das Piscinas Recreativas Municipais e zona desportiva do Parque Urbano. Assim, este loteamento municipal dará origem a dois lotes urbanos, correspondendo às áreas pré-existentes das piscinas recreativas e da zona desportiva, sendo que estes dois lotes ficarão afetos ao uso de equipamento. Disse ainda que este projeto de loteamento municipal se enquadra nas medidas preventivas decretadas no âmbito da suspensão do plano de urbanização da cidade de Montemor-o-Novo, pelo que teve de ser submetido ao Parecer prévio obrigatório da CCDR Alentejo, tendo recebido o Parecer favorável. Verificou-se, no entanto, a necessidade de se proceder a uma correção, por forma a suprimir uma área afeta a uma operação de loteamento municipal anteriormente designada de Loteamento Municipal do Campo da Feira. A área deste antigo loteamento já tinha sido desanexada aos prédios do Município, mas que a área destes não foi atualizada após a desanexação. Terminou a sua intervenção referindo que esta alteração irá atualizar e corrigir essas áreas. Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 7 de agosto de 2024. -----

Dado não haver nenhum pedido de esclarecimentos, o documento foi colocado a apreciação pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

6º. Ponto – Proposta de Projeto de Loteamento Municipal Quinta D. Afonso – Artigo 16 e Artigo 134 – Secção T da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecendo que esta proposta de Loteamento Municipal diz respeito a criação de quatro lotes que ficarão afetos ao uso de equipamento, concretamente: O lote 1, a escola básica EB23 São João de Deus, o lote 2, o pavilhão gimnodesportivo municipal, o lote 3, as piscinas cobertas municipais e o lote 4, a escola básica, nº 5 (centro escolar). Este projeto loteamento municipal está inserido nas medidas preventivas decretadas no âmbito da suspensão do Plano de Urbanização da cidade de Montemor-o-Novo, sendo submetido a parecer prévio e obrigatório da CCDR Alentejo e recebendo o parecer favorável. Foi ainda apresentada e aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal de 7 de agosto de 2024. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

7º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras para aquisição de equipamento de ar condicionado para o refeitório da EB1, N.º2 de Montemor-o-Novo – Escola Conde Ferreira -----

Sobre a presente proposta de Protocolo, o Senhor Presidente da Câmara explicou que tendo por objetivo a aquisição de um equipamento de ar condicionado para o refeitório da Escola Básica número 2 de Montemor-Novo, Escola Conte Ferreira propondo-se que a assembleia municipal delibere sobre a concessão do apoio financeiro de 100%, por parte do Município de Montemor-Novo, à Junta de Freguesia mencionada. -----

Não havendo nenhum pedido de intervenção a Senhora Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

8º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela para aquisição de equipamento de ar condicionado para a Extensão de Saúde de Cabrela -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmando que a presente proposta de protocolo visa proporcionar melhores condições de conforto térmico aos utentes e profissionais de saúde de Cabrela, através da aquisição de equipamento de ar condicionado para a Unidade de Saúde daquela freguesia. Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal de 7 de agosto de 2024 e a comparticipação financeira corresponde à totalidade do valor da despesa. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de seguida a proposta a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

9º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras para desmontagem e instalação de equipamentos de ar condicionado na Escola Básica nº3 de Montemor-o-Novo -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara explicou que o protocolo mencionado foi solicitado pela União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras e visa a instalação de equipamentos de ar condicionado na Escola Básica, nº3, com o objetivo de melhorar as condições de conforto térmico quer de alunos, docentes e pessoal não docente. A comparticipação do Município corresponde a totalidade do valor da despesa. Esta proposta teve aprovação, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 7 de agosto de 2024. -----

Não havendo nenhum pedido de esclarecimentos, foi a proposta colocada a votação. --

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

10º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras para aquisição de equipamentos de ar condicionado para a Extensão de Saúde de Silveiras -----

No que respeita a esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que o protocolo que se apresenta visa proporcionar melhores condições de conforto térmico aos utentes e profissionais de saúde de Silveiras e diz respeito a aquisição de três equipamentos de ar condicionado para a Unidade de Saúde, provisória em estrutura modular, daquela localidade. A comparticipação financeira será da totalidade

Assim

do valor da despesa. Foi aprovado, por unanimidade, em reunião de reunião de Câmara Municipal de 21 de agosto de 2024. -----
Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que ia colocar o documento a votação -----
Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

11º. Ponto – Proposta de pagamento de refeições escolares – Ano Letivo 2023/24 (3º Período) – Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira -----
Quanto a esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que, na reunião de Câmara de 21 de fevereiro de 2024 e na sessão da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro, do mesmo ano, foi aprovada uma Adenda ao Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira para o fornecimento de refeições escolares aos alunos do Jardim de Infância e Escola Básica de Foros de Vale Figueira. Verificou-se, no entanto, ser necessário, o reforço do valor do cabimento, para pagamento das refeições fornecidas no terceiro período do ano escolar transato, 2023-2024. Assim sendo, pretende-se que a Assembleia Municipal delibere sobre a referida proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade em reunião de Câmara de 21 de agosto de 2024. -----
Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----
Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

12º. Ponto – Proposta de Protocolo para refeições escolares – Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão – AL 2024-2025 -----
Relativamente a esta proposta o Senhor Presidente da Câmara salientou que o presente protocolo tem por objetivo o fornecimento de refeições escolares, no ano letivo de 2024-2025, aos alunos que frequentam o estabelecimento escolar de São Cristóvão, a estabelecer com a Junta de Freguesia de São Cristóvão e com o Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão. Foi aprovado, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada em 18 de setembro de 2024 e coloca-se a apreciação da Assembleia Municipal. -----
Não havendo nenhum pedido para intervir a Senhora Presidente colocou de imediato o documento a apreciação. -----
Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

13º. Ponto – Proposta de Protocolo com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira para Refeições Escolares – Alunos de Cortiçadas de Lavre – AL 2024-2025 -----
Interveio o Senhor Presidente da Câmara explicando que o presente protocolo, a estabelecer com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira, tem como objetivo fornecer refeições escolares no próximo ano letivo, 2024-25, aos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino de Cortiçadas de Lavre e foi aprovado, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 18 de setembro de 2024. -----
Dado não haver nenhum pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

14º. Ponto - Proposta de Protocolo com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira para Refeições Escolares – Alunos de Lavre – AL 2024-2025 -----

Sobre a presente proposta de Protocolo, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que é semelhante ao anterior, mas que diz respeito ao fornecimento de refeições escolares aos alunos dos estabelecimentos de ensino de Lavre. Também foi aprovado, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal de 18 de setembro e será estabelecido também com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira. -----

Não havendo nenhum pedido de uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que ia colocar o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

15º. Ponto – Proposta de reforço de verba – Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras para refeições escolares – Lanches Escolares -----

Em nova intervenção o Senhor Presidente da Câmara referiu se trata de uma proposta de reforço de verba para viabilizar o acesso a refeições escolares, lanches, referentes ao primeiro período do ano eletivo, 2024-2025 e está relacionado com o aumento do serviço de lanches escolares para estabelecimentos das Escolas Básicas nº 1, nº 2, nº 3, nº 5 e do Jardim de Infância nº 1 de Montemor-Novo e foi aprovado, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a referida proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

16º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras para “Aluguer de carrinha para transporte escolar” -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio explicando que foi solicitado pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Vila, Bispo e Silveiras, um pedido de Contrato Interadministrativo para concessão de apoio financeiro para aluguer de uma carrinha para transportes escolares. A comparticipação financeira que se propõe corresponde a 100% do valor total da despesa, tendo sido aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal de 18 de setembro de 2024. -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para informar que, no mandato anterior, já tinha sido negociado entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, a substituição dos veículos de transporte escolar, quando chegavam ao fim de vida, ou seja, aos 16 anos de vida, através de um sistema de renting. Nessa medida, no presente mandato, todas as Juntas de Freguesia que não tinham sido contempladas, no âmbito do processo anterior, com a substituição dos veículos, solicitaram à Câmara essa substituição. Assim sendo, a União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras substituiu essas viaturas em fim de vida, por veículos de sete lugares, por terem a entrega mais rápida do mercado. A opção foi pela marca

Ata

Dacia, uma vez que, o valor era inferior a 20 mil euros, foi possível a realização de ajuste direto na contratação e posteriormente avançar para o procedimento de renting. Acrescentou que todos estes procedimentos foram agilizados pela União de Freguesias e que o presente protocolo visa o apoio do Município, no âmbito do pagamento das rendas do renting da viatura. -----

Pediu ainda a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Paula Martins, afirmando que se tem debatido com muitas dificuldades, relativamente aos transportes escolares em Cabrela, nos últimos 11 anos. Aquela é a única freguesia onde o transporte público coletivo não tem horários compatíveis para fazer o transporte dos alunos para os estabelecimentos de ensino em Vendas Novas. Reforçou que, por essa razão, há muitos anos que é a Junta de Freguesia que assegura esse transporte, através das carrinhas da junta, com apoio de táxis, o que envolve custos muito avultados. Acrescentou que a Junta de Freguesia nunca tinha beneficiado deste tipo de apoio e que tem sido bastante prejudicada, porque quando atingem o prazo de vida, tem sido a Junta de Freguesia a suportar a aquisição. Manifestou o seu agradecimento ao executivo por agora todas as Juntas de Freguesias estarem a ser tratadas por igual. -----

Também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes, interveio referindo que à semelhança de Cabrela, também é a União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre que suporta todos os custos relativamente ao transporte escolar em Lavre. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

17º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela para “Aluguer de carrinha para transporte escolar” -----

Neste ponto, foi apresentada uma proposta de Protocolo semelhante ao anterior, a estabelecer com a Junta de Freguesia de Cabrela, sendo a comparticipação do Município da totalidade do valor da despesa. Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal. -----

Não havendo nenhum pedido de intervenção a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a deliberação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

18º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural para “Aluguer de carrinha para transporte escolar” -----

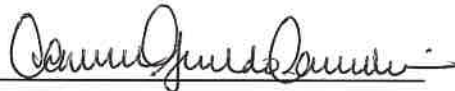
Relativamente a este protocolo, o Senhor Presidente da Câmara frisou que é idêntico aos anteriores e o Município propõe suportar também a totalidade da despesa e será estabelecido com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural. -----

Não havendo qualquer intenção para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato a proposta a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade -----

19º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----
Interveio o Senhor Presidente dizendo que prestou bastantes esclarecimentos no período antes da ordem do dia, mostrando-se disponível para outros esclarecimentos que sejam necessários. -----
Não havendo mais pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----
A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao público, não tendo havido qualquer pedido para uso da palavra. -----
Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro. -----
E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues